

MIASMAS E MICRÓBIOS, CORTIÇOS E FAVELAS: O MOVIMENTO HIGIENISTA NO RIO DE JANEIRO DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA

MIASMAS AND MICROBES, SENTENCES AND FAVELAS: THE HYGIENIST MOVEMENT IN RIO DE JANEIRO DURING THE FIRST REPUBLIC



ADRIANO BARBOSA SILVA⁶⁰

Resumo

No Rio de Janeiro, as favelas ocupadas historicamente pelas classes pobres possuem uma intrínseca relação com a elite burguesa que vive aos pés dos morros. Modernidade, urbanização, saúde, higienismo, especulação imobiliária, abolição da escravatura e luta de classes: tudo se mistura junto aos moradores e aos casebres frágeis, e se apresenta nas ruas irregulares e íngremes. Os poderes públicos impulsionaram a ampliação das favelas ao passo em que lançavam aos altos dos morros suas leituras estereotipadas que permanecem no imaginário social até os dias de hoje. Com base nisso, este artigo objetiva apresentar uma narrativa histórica que, ancorada em produções científicas e historiográficas, discorre a respeito dos impactos do discurso higienista na configuração urbana e social do Rio de Janeiro durante a Primeira República, evidenciando as alterações nas formas de viver e morar das classes pobres e negras da então capital federal.

Palavras-chave: higienismo; Primeira República; cortiços; favelas.

Abstract

In Rio de Janeiro, the favelas historically occupied by the poor classes have an intrinsic relationship with the bourgeois elite that lives at the foot of the hills. Modernity, urbanization, health, hygiene, real estate speculation, the abolition of slavery and class struggle: everything mixes together with the residents and fragile hovels, and is presented in the irregular and steep streets. The public powers promoted the expansion of the favelas while they launched their stereotyped readings to the tops of the hills, which remain in the social imagination to this day. Based on this, this article aims to present a historical narrative that, anchored in scientific and historiographical productions, discusses the impacts of the hygienist discourse on the urban and social configuration of Rio de Janeiro during the First Republic, highlighting the changes in the ways of living and living among the poor and black classes of the then federal capital.

Keywords: hygiene; First Republic; tenements; favelas.

Introdução: a Primeira República e a (re)construção do Rio de Janeiro

Europa, séculos XVIII e XIX. Antes de compreender as atuações do movimento higienista no Brasil republicano, se faz necessário atravessar o Atlântico – assim como

⁶⁰ Graduando em História pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: adrianobarbosa2168@gmail.com.



muitos dos médicos brasileiros o faziam – para analisar as correntes científicas que circulavam no continente europeu.

Contemporâneo às transformações ocasionadas pela Revolução Industrial, o pensamento médico ocidental do século XVIII era guiado pela teoria dos fluidos na qual o ar e a água eram classificados como veículos portadores de vapores fétidos e mórbidos, ou seja, miasmas transmissores da doença cuja sua simples inalação seria capaz de desequilibrar o organismo e acometer a infecção (Rago, 1985, p. 167). Tais ditames médicos recaíram com mais veemência sobre os corpos e os espaços privados dos trabalhadores, afinal, em razão dos salários baixos e da exploração da mão de obra, estes indivíduos não tinham acesso à saúde e qualidade de vida. Entre a casa e o trabalho, a classe operária europeia convivia com as condições precárias e desumanas das fábricas e das minas, e nos seus momentos de descanso tinham de voltar para moradias lotadas e insalubres cujos salários conseguiam manter. Com base na teoria dos fluidos, a burguesia encontrava bases científicas para interferir na intimidade do proletariado sob o discurso ideológico da saúde e da higiene: segregam-se os trabalhadores, eliminam-se suas perigosas habitações e colocam-se avenidas largas e arborizadas para ajudar na circulação dos ares, no combate aos miasmas e, de quebra e não menos importante, no aumento da especulação imobiliária dos centros urbanos.

Todavia, na segunda metade do século XIX, a teoria dos micróbios, apresentada por Pasteur, desbanca a crença de que as doenças contagiosas eram transmitidas via inalação de ar contaminado. Na verdade, as infecções ocorriam por causa de germes espalhados pelo contato entre pessoas e com objetos infectados, logo, o combate às doenças consistia na descoberta do microrganismo causador e na elaboração de um antídoto capaz de destruí-lo. Apesar disso, a revolução pausteriana não causou fortes impactos nas estratégias de desodorização do espaço urbano, ou seja, as intervenções higienistas continuavam atuando em reformas urbanas visando o controle da circulação de vapores e fluidos tidos como principais responsáveis pela saúde dos indivíduos (Rago, 1985, p. 168). Basta observar, por exemplo, a atuação demolidora de Georges-Eugène Haussmann sobre a malha urbana da cidade de Paris que, inclusive, veio a inspirar diretamente as reformas empreendidas por Pereira Passos no Rio de Janeiro.

Por falar nisso, voltando ao Brasil, o estabelecimento do regime republicano no limiar do século XX surgiu envolto em novos paradigmas e demandas que buscavam solucionar os problemas herdados dos séculos anteriores e, com isso, apresentar uma sociedade renovada e civilizada. Segundo os discursos da burguesia elitista e racista à



época, o povo brasileiro formado por uma massa negra e mestiça caracterizava-se pela preguiça, pela indolência e pela imoralidade. Em outras palavras, representavam uma pedra no caminho republicano que precisava ser varrida e higienizada por médicos e governantes para assim se alcançar a unidade nacional baseada na dedicação ao trabalho para fortalecer a economia, e no apreço pela pátria para fortalecer a identidade do país.

Toda a efervescência republicana e suas decorrentes tensões se apresentavam de maneira explícita, em especial, no Rio de Janeiro, cujas dinâmicas urbanas cotidianas sofreram mudanças notáveis ao longo da Primeira República. A expansão urbana da cidade carioca esbarrava nas características geográficas do município, marcado por morros e pântanos, mas a existência de áreas planas e secas, ainda que distantes, possibilita o sonho de alargar os limites locais.

Podemos contemplar as transformações da paisagem da capital através de uma viagem no principal transporte urbano da época: o bonde – não os carros que estavam reservados às elites e os números destes veículos particulares nas ruas ainda eram muito modestos. Antes da chegada da eletricidade, “os bondes eram veículos puxados por dois animais e que podiam transportar comodamente trinta passageiros” (Rocha, 1995, p. 29). que se beneficiam da rapidez e da suavidade proporcionadas pela utilização dos trilhos. Metaforicamente, seguir o itinerário dos bondes nos finais do século XIX e durante a Primeira República é constatar a relação estreita entre o desenvolvimento dos transportes e a especulação imobiliária.

Desenha-se assim um padrão de expansão urbana que quiçá se repetiu em outras cidades brasileiras: primeiro, alguns empresários conseguem o monopólio na exploração de serviços públicos no caso, concessões para a operação de linhas de bonde; paralelamente, outros grupos empresariais, ou até os mesmos, adquirem terras pouco valorizadas na periferia da cidade; finalmente, concluídas as linhas de bonde e feito o loteamento dos terrenos, os investidores conseguem uma remuneração astronômica para o seu capital. O sucesso da operação é às vezes garantido pela presença desses empresários na Câmara, como vereadores eleitos – e, portanto, encarregados de votar as diretrizes da política de expansão urbana (Chalhoub, 1996, p. 52-53).

Portanto, o estabelecimento de uma linha de bonde é um fator determinante para a criação de novos bairros. Nas palavras de Salatiel da Cunha e Malvino Reis: “não podemos duvidar da *ação civilizadora* dos nossos tramways (bondes), que têm levado aos bairros afastados e desertos o gosto e o conforto na edificação de prédios, com o aumento de renda”⁶¹ (Rocha, 1995, p. 33-35, grifo meu).

⁶¹ Salatiel da Cunha e Malvino Reis foram diretores da Companhia Jardim Botânico, empresa responsável por inaugurar uma das primeiras linhas de bonde elétrico no Rio de Janeiro em 1982.



Somado com o interesse de amplificar a malha urbana da metrópole, as transportadoras e construtoras responsáveis tinham que arcar com os gastos da infraestrutura dos novos bairros: drenagem de áreas alagadiças, aterramento de mangues, alargamento de ruas, instalação de calçamentos e construção de pontes eram algumas das obras listadas nos contratos entre as empresas e o Estado, mas que infelizmente, em sua maioria, eram cumpridas de forma desleixada e precária ou nem mesmo chegavam a serem realizadas. Sem a infraestrutura adequada, não demorava muito para que os animais e veículos atolassem nos pântanos e bondes saíssem dos trilhos causando, por vezes, acidentes fatais aos passageiros (Rocha, 1995, p. 31-35).

Com isso, podemos atestar que o condutor da cidade carioca pelos trilhos da modernidade e da civilidade é o capital financeiro das companhias de transporte cuja influência é capaz tanto de impulsionar a construção de novas freguesias quanto de ocasionar a desocupação truculenta de áreas habitadas. Desta forma, observa-se que a organização do espaço urbano do Rio de Janeiro serve como um mecanismo de controle social e econômico onde a localização dos bairros e a segregação dos habitantes refletem os interesses e as necessidades da burguesia detentora de transportadoras, de construtoras e, sobretudo, de cargos políticos.⁶²

A área urbana da capital federal era marcada, em especial, por um caráter cosmopolita. A cidade, que vinha crescendo nas décadas anteriores, teve seus limites preenchidos pela concentração demográfica composta por moradores locais livres, escravizados libertos, migrantes das regiões cafeeiras em crise e das áreas ao norte do país, sem contar os imigrantes europeus a serviço da industrialização embrionária – e do embranquecimento.

Em termos absolutos, tem-se que a população quase dobrou entre 1872 e 1890, passando de 266 mil a 522 mil. A cidade teve ainda de absorver uns 200 mil novos habitantes na última década do século. (...) Esse enorme influxo populacional fazia com que, em 1890, 28,7% da população fosse nascida no exterior e 26% dela proviesse de outras regiões do Brasil. Assim, apenas 45% da população era nascida na cidade (Carvalho, 1987, p. 14).

Mas onde abrigar os recém-chegados e os recém-libertos? De cara, a sede da Primeira República teve que conviver com problemas habitacionais crônicos que as políticas reformistas e higienistas vieram a identificar, mas não solucionar. Aliado a isso, a inauguração da nova forma de governo sofreu drasticamente com violentos surtos

⁶² Sobre a questão urbana e o capitalismo, ver: Engels, F. Sobre a questão da moradia. São Paulo: Boitempo, 2015; Engels, F. As grandes cidades. In: **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 67-116.



epidêmicos de varíola e febre amarela que, somadas às tradicionais tuberculose e malária, assombraram a última década do século XIX no Rio de Janeiro. O verão perigoso causava a morte dos cariocas e dos estrangeiros, porém não apresentava maiores males às elites que tinham o hábito de se refugiar do calor em Petrópolis (Carvalho, 1987, p. 16; Ribeiro; Pechman, 1985, p. 29).

Se os ares renovadores da República prometiam maiores participações populares no jogo político, as frustrações sociais se acumulavam. O teor positivista, autoritário e técnico do novo regime buscava resolver as questões de maneira prática e eficiente a fim de estabelecer a identidade brasileira inspirada na Europa, onde as feições pobres e negras da sociedade não cabiam mais. As elites tomaram para si o dever de excluir o que se considerava atraso oriundo do passado colonial e imperial, ainda visível no emaranhado desuniforme “dos espaços urbanos, povoados de ruas populosas e barulhentas, de habitações superlotadas, de epidemias que se alastravam com rapidez pelos bairros” (Marins, 1998, p. 110). Era necessário, antes de tudo, demolir as antigas estruturas, varrer e esconder a sujeira deixada pelos pobres e, assim, abrir novos caminhos para a chegada da tão sonhada nação brasileira.

Cortiços ao chão: a invenção de um pecado sem perdão

A característica social que se destaca na malha urbana do Rio de Janeiro é a heterogeneidade. No centro da cidade-capital, a vizinhança era ocupada por bancos, lojas, armazéns, sobrados, prédios públicos e estalagens. O convívio apertado de mundos distintos no mesmo espaço gerava tensões críticas advindas da “incompatibilidade entre a antiga estrutura material e as novas relações capitalistas que nele se enraizavam” (Benchimol, 2018, p. 253). A paisagem da capital do Brasil não acompanhou os avanços do capitalismo cujas invenções, dinâmicas e novas demandas tentavam fazer caber na cidade um amontoado de coisas e pessoas volumosas demais para seus logradouros estreitos e espaços apertados. Além disso, não só as influências do capital industrial estrangeiro balançaram as estruturas do Rio de Janeiro, como também as problemáticas internas. As emancipações dos escravizados somada à entrada significativa de imigrantes reformularam a configuração urbana da metrópole carioca em decorrência das novas dinâmicas de ocupação de moradias e de postos de trabalho.

A demografia heterogênea da cidade teve que se adaptar às condições de vida ofertadas pelo clima tropical, pelos aspectos geográficos e pelas transformações republicanas e capitalistas. Os médicos higienistas, inspirados na teoria dos fluídos ainda



em voga, desenhavam traços dantescos no quadro da Cidade Maravilhosa: os morros atrapalhavam a circulação dos ventos e os pântanos concentravam os gases mortíferos causadores das epidemias. Além disso,

Os higienistas condenavam outros aspectos da vida urbana: corpos eram enterrados nas igrejas, animais mortos eram atirados às ruas; por todos os lados havia monturos de lixo e valas a céu aberto; matadouros, açougues, mercados eram perigosos tanto do ponto de vista da integridade dos alimentos como por serem potenciais corruptores do ar; fábricas, hospitais e prisões igualavam-se na ausência de regras higiênicas e disciplinares; as ruas estreitas e tortuosas dificultavam a renovação do ar e a penetração da luz do sol; as praias eram imundos depósitos de fezes e lixo; quase não havia praças arborizadas no Rio de Janeiro, que era assim como um corpo sem pulmões! (Benchimol, 2018, p. 257).

A cidade suja e lotada de ex-escravizados locais, migrantes e estrangeiros ia encontrando soluções rápidas e inadequadas para comportar a multidão de novos cariocas e tentar contornar a crise habitacional da metrópole. A possibilidade mais viável para se ter um teto sobre a cabeça eram os aluguéis em habitações coletivas. Unindo o útil ao não tão agradável, os trabalhadores locatários dos cortiços tinham acesso facilitado ao centro histórico da cidade, onde se desenrolava a vida urbana e econômica da capital, por causa da localização privilegiada das estalagens que auxiliavam aqueles que não possuíam automóveis próprios e muito menos dinheiro e/ou tempo para lidar com transportes coletivos. Sendo assim, estar bem localizado se tornava uma condição vital para a permanência na cidade do Rio de Janeiro (Muniz, 2021, p. 148-149; Ribeiro; Pechman, 1985, p. 26).

Entretanto, os que permaneciam tinham de enfrentar cenários precários no interior dos cortiços. Se eram os supostos miasmas que preocupavam os higienistas contemporâneos, não havia terreno mais fértil para sua proliferação do que as habitações coletivas onde os pobres se aglomeravam e as luzes solares não entravam. Nestas moradias, a umidade, a escuridão e a insalubridade eram inquilinas de longa data e faziam parte do cotidiano dos vizinhos que viviam, trabalhavam e brincavam naquele espaço compartilhado. Não se encontrava canalização de água e nem saneamento básico, mas sim o compartilhamento de tanques para lavar roupas e latrinas que acumulam urinas e fezes. No interior deste cenário tenebroso, os moradores dividiam seus exímios espaços com outras pessoas e animais domésticos, competindo pelo mínimo conforto até mesmo no momento de descanso compartilhado com aqueles que ocupavam os cubículos quartos. De acordo com um relatório do engenheiro Everardo Backheuser, figura relevante nas



discussões sobre moradia e urbanização à época, os cortiços e estalagens se caracterizam como

pequenas casinhas de porta e janela, alinhadas, contornando o pátio. São habitações separadas, tendo a sua sala da frente ornada de registros de santos e anúncios de cores gritantes, sala onde se recebem visitas, onde se come, onde se engoma, onde se costura, onde se maldiz dos vizinhos, tendo também a sua alcova quente e entaipada (feita de ripa e barro), separada da sala por um tabique de madeira, tendo mais um outro quartinho escuro e quente, onde o fogão ajuda a consumir o oxigênio, envenenando o ambiente. Dorme-se em todos os aposentos (Backheuser, Everardo, 1906 *apud* Ribeiro, Pechman, 1985, p. 28).

Mesmo assim, devido à alta demanda, os cortiços se multiplicavam pela cidade e tornavam-se um investimento altamente lucrativo para os empresários preocupados não com os preceitos higiênicos que as construções deveriam atender, mas sim com os números de cômodos que poderiam ser alugados e render lucros.

Os proprietários pertenciam muitas vezes à nobreza, e os arrendatários eram pequenos comerciantes, geralmente portugueses, que produziam casinhas e exploravam também a venda ou a taverna anexa à estalagem. (...) Os aluguéis eram, em geral, exorbitantes e os rendimentos, fabulosos. Construir habitações coletivas tornou-se uma prática comum entre os proprietários e arrendatários de imóveis (Vaz, 1994, p. 56 *apud* Queiroz Filho, 2011, p. 35).

Dadas às condições dos cortiços e a significativa densidade demográfica do Rio de Janeiro, os números alcançados em surtos epidêmicos eram alarmantes. Os microrganismos causadores de tais males pegavam carona no estreitamento das multidões em espaços compactos responsáveis pela atenuação das linhas divisórias entre abastados e pobres, locais e imigrantes, brancos e negros (e toda multiplicidade de raças). A socialização das doenças cujos micróbios atacavam sem distinção aterrorizava as elites dominantes e seus respectivos negócios, afinal quais os benefícios de se negociar com uma cidade doente? Ademais, o Brasil em construção necessitava de braços fortes e trabalhadores sadios para dar continuidade ao desenvolvimento da jovem nação, porém as epidemias atingiam uma classe operária sem acesso à saúde e também assustavam os estrangeiros que poderiam vir a desembarcar no Rio de Janeiro. Assim, a Cidade Maravilhosa apresentava-se também como uma Cidade Febril.

Se os cortiços foram a “solução” das crises habitacionais, logo, vieram a ser um problema para toda a sociedade carioca, pois, segundo o discurso higienista, as moradias coletivas condensavam nas suas estruturas insalubres os males biológicos perigosos para o meio social e os aspectos imorais corruptíveis da índole da classe trabalhadora. No Rio de Janeiro republicano, as populações pobres foram, gradativamente, empurradas para os cortiços por causa da impossibilidade de adquirirem casas próprias – um sonho frustrado



pela especulação imobiliária e pelas crises econômicas do começo do século XX. Com as estalagens sendo agora um problema, a alternativa seria eliminá-las de diferentes formas, seja por meio de ação direta como no caso emblemático da demolição do Cabeça de Porco⁶³, seja através de meios legais e jurídicos que inviabilizam a construção ou reforma destas moradias populares.

Segundo o historiador Sidney Chalhoub, a Inspetoria da Higiene parecia um quarto poder da República. Aquilo que sua cúpula de diretores determinava servia como lei e conduzia as ações da administração pública. O crivo destes inspetores não deixava um cortiço sair ileso das vistorias que poderiam resultar no fechamento da estalagem ou na sua drástica destruição sem direito a indenizações e muito menos a transferências cômodas de seus habitantes para outras moradas. Proprietários e locatários foram postos no mesmo lado dessa guerra urbana e defendiam que a intempestividade higienista poderiam acarretar graves perturbações à ordem pública afinal “o desespero nem sempre mede consequências e os proprietários e arrendatários de prédios nem sempre têm meios para acalmar os ímpetos de seus inquilinos” (Chalhoub, 1996, p. 49).

As áreas centrais da cidade foram as mais afetadas pelas demolições e, em números, foram milhares de prédios que vieram ao chão tanto pelas mãos de policiais e outros servidores públicos, quanto pela ideologia burguesa da higiene. Segundo o engenheiro Everardo Backheuser, os médicos-higienistas à frente da Saúde Pública nos primeiros anos do século XX foram responsáveis diretos pelo fechamento de mais de 600 habitações coletivas que abrigavam cerca de 13 mil pessoas (Backheuser, 1906, p. 113 *apud* Rocha, 1995, p. 87). O destino daqueles cidadãos permaneceria, por pouco tempo, uma incógnita cuja resposta se encontraria nas encostas dos morros circunvizinhos.

Vale mencionar que as discussões públicas sobre o problema dos cortiços remontam desde a década de 1870, mas foram intensificadas durante as administrações republicanas baseadas nos ideários de progresso socioeconômico e de construção da nação brasileira. Ao mencionar que a raiz dos debates está localizada na segunda metade do século XIX, é inegável notar que a ocupação destas moradias fora historicamente feita por indivíduos negros, sejam eles livres, libertos, alforriados ou escravizados, que com poucos rendimentos conseguiam habitar aquilo que lhes era acessível. Além disso, os cortiços serviam como um bom esconderijo para aqueles que tomavam a coragem de

⁶³ O Cabeça de Porco, segundo Sidney Chalhoub, era o cortiço carioca mais famoso do século XIX. Sua derrubada ocorreu no começo de 1893 através da intervenção violenta e demolidora do prefeito Barata Ribeiro. Ver: Chalhoub, 1996, p. 15-20.



abandonar seus cativeiros, passando então a se desviar dos olhos das autoridades se embrenhando no meio da multidão de inquilinos. Logo, frente às dinâmicas contemporâneas, estes espaços se apresentavam como um cenário importante da luta desses sujeitos negros pelo alargamento de suas liberdades – e a derrubada destes ambientes também explicitava o viés racista da política higienista (Rocha, 1995, p. 25-26).

Sobretudo, o ato de derrubada dos cortiços é o resultado final e catalisador de movimentações políticas, sociais e econômicas guiadas pelos interesses da burguesia. No diálogo acertado entre ciência, capital financeiro e poder público, o higienismo parece ter vindo a calhar com as estimativas dos empresários da construção civil e do ramo privado de serviços como iluminação e transporte. A cidade viria a se modernizar e aqueles que se recusassem a assentir com a tecnocracia imperativa seriam não gentilmente convidados a se retirar do caminho. Acertando dois coelhos com uma única cajadada, o Estado e a elite combatiam a indolência e as pragas anti-higiênicas com a perseguição às formas de viver e morar classes pobres/perigosas. Se as habitações coletivas condensam as problemáticas perseguidas pela República, azar, pois não lhe sobra outra alternativa senão o seu extermínio. E, com os pobres desalojados e longe das áreas centrais privilegiadas, o plano reformista de transformar a metrópole carioca numa experiência europeia com ares tropicais pôde ser colocado em prática.

Favelas no alto: como proibir o galo que insiste em cantar?

Os planos reformistas do Rio de Janeiro começam pelas avenidas. As famosas *boulevards* da Europa inspiram o Brasil a aderir por vias mais largas e mais longas a fim de aliviar o trânsito das multidões de pedestres que competiam espaço com os transportes coletivos modernos e os carros particulares importados pela elite. Ao lado das ruas alargadas, abriam-se espaços livres e pintados de verde ao conformar praças, parques e jardins, representantes da salubridade, no meio urbano (Muniz, 2021, p. 146). A nova malha viária atendia, sobretudo, aos anseios do movimento higienista por prezar pela dispersão das multidões, pela promoção de ventilação, e por estabelecer caminhos abertos para os ventos – e para a modernidade.

A remodelagem e valorização do solo urbano comandadas pelo Estado, em proveito da especulação do enriquecimento privados, e envolveram um conjunto complexo de atores: o capital financeiro internacional intermediários, que lucraram e com seus O financiamento das obras públicas; firmas de arquitetura, construção, loteamento, fabricantes e importadores de materiais e equipamentos; empresas de serviços públicos, em particular a poderosa Light



and Power que, além de monopolizar o fornecimento de energia elétrica, iria açambarcar o gás, a telefonia e quase todo o transporte coletivo da cidade (Mcdowall, 2008; Weid, 2003, p. 65-85 *apud* Benchimol, 2018, p. 281).

No ambiente elaborado e remodelado pela elite os pobres não cabiam mais e eram constante e forçadamente expulsos, seja pelo desalojamento, seja pela nova norma sociocultural que falava mesmo de forma não-verbalizada: o seu espaço não é este! O glorificado progresso foi retaliado pelas classes prejudicadas na jovem República, esta forma de governo que apesar de desprezar as heranças coloniais continuava a adotar mecanismos similares de perseguição às massas negras, mestiças e pobres. O comércio informal dos mascates, a atuação dos artesãos ambulantes, a vadiagem dos moradores de rua e as práticas de cura que se davam a céu aberto são apenas exemplos de hábitos que foram sistematicamente reprimidos durante a configuração republicana da vida urbana.

Independentemente das razões invocadas para justificar cada um desses atos, eles traduzem um discurso, uma mentalidade, um projeto moralizador e autoritário ao extremo: ao Estado cabia transformar, na marra, a multidão indisciplinada de "pés descalços" em cidadãos talhados segundo os estereótipos que serviam à burguesia europeia para o exercício de sua dominação (Mcdowall, 2008; Weid, 2003, p. 65-85 *apud* Benchimol, 2018, p. 282).

Expulsos do centro, estes desalojados perambulavam rumo aos altos dos morros próximos. Numa cidade com transportes custosos e empregos instáveis, a estadia permanente nos subúrbios distantes⁶⁴ parecia uma opção inviável. As favelas – ainda não classificadas de tal forma na primeira metade daquele século (Abreu, 1994 *apud* Queiroz Filho, 2011, p. 40; Valladares, 2000, p. 7) – foram se firmando como um local geográfico ocupado por aqueles que não tinham outras possibilidades de moradia e que, para tanto, tiveram que construí-las com suas próprias forças físicas e financeiras. Longe das vistorias punitivas do Estado, o que imperava nas encostas dos morros era a liberdade do uso da terra, da labuta e das taxas. Tudo isso dentro de um espaço compartilhado onde se davam os costumes e as práticas socioculturais marginalizadas pelos moradores da cidade baixa. Lá no alto, “o terreno é de ninguém, é de todos” (Costallat, 1995, p. 35 *apud* Valladares, 2000, p. 11).

A história das favelas, dentro dos fins do século XIX, mistura-se às consequências advindas da Guerra do Paraguai e, em especial, da Guerra de Canudos, sem deixar de lado a abolição da escravatura e, com a chegada da República, os impactos do movimento

⁶⁴ O meio de transporte que atendia aos moradores dos subúrbios do Rio de Janeiro eram os trens que, apesar de não serem tão relevantes quanto os bondes, funcionavam na mesma lógica de ocupação capitalista: primeiro vinha a estação de trem e, logo atrás, surgia o bairro. Ver: Rocha, 1995, p. 37-39.



higienista no meio social e urbano do Rio de Janeiro. Há indícios que apontam para a relação direta entre o “bota-abaixo” do *Cabeça de Porco* e a ocupação do Morro da Providência, uma das primeiras favelas da cidade. Os moradores desta estalagem se viram forçados a transferir suas residências – edificadas, inclusive, com os restos de materiais reaproveitáveis da citada demolição – para o referido morro localizado nas proximidades. Com isso, os antigos locatários tornaram-se vizinhos dos ex-combatentes que vieram de Canudos para a metrópole carioca, trazendo consigo as memórias do combate e o vocábulo “favela”.⁶⁵

Nos dias que se seguiram [à derrubada do cortiço Cabeça de Porco], o prefeito da Capital Federal foi calorosamente aclamado pela imprensa – ao varrer do mapa aquela “sujeira”, ele havia prestado à cidade “serviços inoxidáveis”. Com efeito, trata-se de algo inesquecível: nem bem se anunciava o fim da era dos cortiços, e a cidade do Rio já entrava no século das favelas (Chalhoub, 1996, p. 17).

É irônico pensar que a burguesia brasileira que ansiava pela urbanização e pela modernidade para a nação republicana, é a mesma responsável por impulsionar diretamente a formação e a ocupação das favelas cariocas. Na *belle époque*, a sociedade abastada circulava pelo centro da capital federal transitando pelos logradouros alargados e entrando nos teatros e nas confeitarias. Mesmo no clima tropical, os homens esbanjavam ternos e as barras dos vestidos femininos tocavam o chão, afinal, apesar do tempo desfavorável, queriam imitar os europeus que o fizessem da forma correta. Aparentemente, a capital se modernizava, mas a maioria dos cariocas não compreendia o significado dessa palavra e muito menos se sentiam contemplados por ela. Ao longe, ao alto, tudo era observado pelos novos habitantes dos morros cuja época não se apresentava tão bela assim. Segundo Oswaldo Rocha, a configuração das favelas dispunha de

habitações feitas com estuque, pequenas janelas e portas estreitas, com telhado de zinco ou de folhas de latas, geralmente latas de querosene abertas. O tamanho dessas habitações era maior do que os atuais barracos, e não observamos nenhuma habitação feita em madeira. Não observamos, também, a concentração exagerada dos casebres, havendo um espaço livre para a circulação entre elas, condições gerais que nos parecem bastante superiores às das favelas atuais (Rocha, 1995, p. 89).

A mudança dos moradores dos cortiços rumo às favelas foi acompanhada pelos olhares preconceituosos do higienismo que apenas transferiu os problemas habitacionais

⁶⁵ Vale lembrar que a favela não surge com o Morro da Providência (também conhecido como Morro da Favela) pois já haveria outras comunidades anteriores, mas sim a prática sistemática da ocupação dos morros se esquematiza a partir da experiência do Morro da Providência. Ver: Rocha, 1995, p. 90. Queiroz Filho, 2011, p. 35-38.



e sociais do Rio de Janeiro do interior das estalagens para o alto dos morros (Cardoso, 2008, p. 29 *apud* Queiroz Filho, 2011, p. 35). Mudavam-se as moradas, mas não as impressões sobre os cidadãos que ali habitavam. Tanto nos cortiços quanto agora nas favelas, sobre os cariocas pobres recai a responsabilidade pelo atraso, pela miserabilidade e, sobretudo, pela insalubridade da capital republicana – e logo a favela passa a ocupar o lugar central nas discussões e ações do movimento higienista.

A nova categoria habitacional foi sendo desqualificada como uma patologia perigosa a ser combatida em prol da preservação do corpo social pautado nas regras da higiene. Se, de acordo com os ideários higienistas, a cidade era concebida como um corpo, uma máquina cujas engrenagens precisam funcionar de forma limpa e eficiente sob as direções reguladoras dos médicos e engenheiros que a governavam, a tentativa de acabar com as favelas tão perigosas para tal manutenção era uma consequência natural e imperativa para decretar o fim dos males deste organismo ainda enfermo (Valladares, 2000, p. 14).

Considerações finais

Casebres pobres e precários sempre fizeram parte da configuração habitacional e urbana do Brasil desde sua colonização, porém tais residências tornaram-se problemáticas a partir do século XIX – ou melhor, a partir do momento em que passam a apresentar possíveis perigos aos interesses políticos e econômicos das classes dominantes.

Ao pensarmos na terminologia da palavra república, nos depararemos com o latim *res publica* que significa coisa pública, porém é trágico perceber que neste governo o que prevalece não é a vontade do povo, mas quase sempre os interesses e as vontades de uma elite minoritária cujos olhos se voltam para a Europa, mas os pés continuam fixos no Brasil. Para tanto, o capitalismo e o higienismo andaram lado a lado pelas avenidas largas e retilíneas que traduziam o “progresso” da nação. Na busca incessante por tratar dos problemas deixados pelo passado colonial, as administrações republicanas acabaram por criar novos obstáculos à unidade nacional ao adensar as desigualdades socioculturais entre as classes e as etnias.

Se o que os olhos não veem, o coração não sente, as populações pobres que migraram dos cortiços para as favelas deixam de perturbar as freguesias centrais ocupadas pelas elites do Rio de Janeiro. A partir de então, assistimos a (re)formação de duas cidades entrelaçadas dentro de uma: a primeira leva prédios antigos e casarões às ruínas para se



fazer tudo de novo, porém melhor, já a segunda se aproveita das ruínas da primeira para desenhar sua planta disforme no chão íngreme dos morros.

No jogo de alteridade entre o eu e o outro, a perspectiva que prevalece quando se pensa nos cortiços e nas favelas no Rio de Janeiro, normalmente, é a do estigma da pobreza e a da insalubridade. No entanto, para os moradores de tais habitações o que prevalecia era o sentimento de comunidade e de pertencimento, de resistência e de sobrevivência ao higienismo social e urbano. Por mais que este movimento tentasse desarticular a identidade de grupos subalternos, persistiu a multiplicidade cultural formada no interior dos casarões e nas encostas dos morros com autoria daquelas pessoas marginalizadas como, por exemplo, o surgimento do samba e da música popular brasileira.

Os médico-higienistas hão de dizer: “o Brasil é um país doente” (Lima; Hochman, 1996, p. 26) – e o vírus é a pobreza. Na utilização da doença como metáfora, é possível perceber que as populações pobres foram estigmatizadas como células maléficas transeuntes pelas vias internas do organismo urbano. Perante a ótica da cidade como um corpo onde os cidadãos só podem ser classificados como saudáveis ou doentes, é sintomático pensar como o espectro da doença e da insalubridade sempre esteve vinculado às classes subalternizadas.

Por mais que o movimento higienista/sanitarista tenha sido fundamental para a sistematização de ações sanitárias cujos benefícios acarretados para a qualidade da vida urbana são inegáveis (fiscalização das condições de moradia, saneamento básico, pavimentação de vias, coleta de lixo, entre outros), há a face do movimento que fora responsável pelo agravamento da exclusão socioespacial de grupos pobres e negros na cidade carioca.

Hoje os higienistas não existem mais, porém suas contribuições – benéficas e negativas – estão assentadas no meio social e urbano do Rio de Janeiro e de outras metrópoles brasileiras. Eles saíram de cena, mas a multidão de excluídos continua a existir e a se multiplicar dentro de lógicas habitacionais que permanecem estruturalmente imutáveis e densamente desiguais.

Data de Submissão: 26/06/2023

Data de Aceite: 01/12/2023

Referências



BENCHIMOL, Jaime. Reforma urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro. *In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia (Orgs.). O Brasil Republicano 1: O tempo do liberalismo oligárquico: da Proclamação da República à Revolução de 1930 – Primeira República (1889- 1930).* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. p. 249-315.

CARVALHO, José. O Rio de Janeiro e a República. *In: Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi.* São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 13-37.

CHALHOUB, Sidney. Cortiços. *In: Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial.* São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 15-59.

LIMA, Nísia T.; HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitarista da Primeira República. *In: MAIO, Marcos C.; SANTOS, R.V. (Org.). Raça, ciência e sociedade.* Rio de Janeiro: Fiocruz, Centro Cultural Banco do Brasil, 1996, p.23-40

MARINS, Paulo César Garcez. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. *In: SEVCEKNO, Nicolau (Org.). História da vida privada 3: República: da Belle Époque à era do rádio.* Companhia das Letras, 1998. p. 110-178.

MATTOS, Romulo Costa. Habitações populares na primeira república: um balanço historiográfico crítico. *In: Pelos pobres! As campanhas pela construção de habitações populares e o discurso sobre as favelas na Primeira República.* Tese (Doutorado) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense. 275p. Niterói: 2008. p. 25-44.

MATTOS, Romulo Costa. Everardo Backheuser e a (re)descoberta da crise habitacional na Primeira República. *In: Pelos pobres! As campanhas pela construção de habitações populares e o discurso sobre as favelas na Primeira República.* Tese (Doutorado) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense. 275p. Niterói: 2008. p. 45-133.

MUNIZ, Andrea Fernandes. As implicações da visão higienista do habitar na problemática habitacional brasileira a partir do combate às epidemias na segunda metade do século XIX ao início do século XX. *Dimensões - Revista de História da UFES, Vitória,* n. 47, p. 143-162, 2021.

QUEIROZ FILHO, Alfredo. Sobre as origens da favela. *Mercator, Fortaleza,* v. 10, n. 23, p. 33-48, set./dez. 2011.

RAGO, Margareth. Desodorização do espaço urbano. *In: Do cabaré ao lar: A utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 163-203.

RIBEIRO, Luiz, PECHMAN, Robert. *O que é questão de moradia.* São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

ROCHA, Oswaldo Porto. *A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro 1870-1920.* 2 ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Dep. Geral de Doc e Inf. Cultural, Divisão de Editoração, 1995.

VALLADARES, Licia. A gênese da favela carioca. *Revista Brasileira de Ciência do Solo,* v. 15, n. 44, p. 5-34, 2000.